



**Processos nºs** 7.550-7/2017, 16.947-1/2017 e 12.004-9/2018 – apensos  
**Interessada** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO  
**Gestores/Responsáveis** José Eduardo Botelho  
Grhegory P.P. Moreira Maia  
Ricardo Riva  
Bruno Willames Cardoso Leite  
Gustavo Roberto Carminatti Coelho  
João Gabriel P. Pagot  
**Assunto** Contas anuais de gestão do exercício de 2017  
Recurso Ordinário – 5.038-5/2019  
**Relator** Conselheiro Interino LUIZ HENRIQUE LIMA  
**Sessão de Julgamento** 13-8-2019 – Tribunal Pleno

### ACÓRDÃO Nº 522/2019 – TP

**Resumo:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO. CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017. RECURSO ORDINÁRIO. PROVIMENTO PARCIAL. EXCLUSÃO DE SANÇÃO DE MULTA REFERENTE À IRREGULARIDADE MB03. DETERMINAÇÃO À ATUAL GESTÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **7.550-7/2017, 16.947-1/2017 e 12.004-9/2018**.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 1º, XVI, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por unanimidade, acompanhando o voto do Relator e de acordo, em parte, com o Parecer nº 2.053/2019 do Ministério Público de Contas em: **I) CONHECER** o Recurso Ordinário constante do documento nº 5.038-5/2019, interposto em face da decisão proferida por meio do Acórdão nº 592/2018-TP pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, por intermédio dos Srs. José Eduardo Botelho – presidente, Grhegory P.P. Moreira Maia – procurador-geral, Ricardo Riva, Bruno Willames Cardoso Leite, Gustavo Roberto Carminatti Coelho e João Gabriel P. Pagot – procuradores; e, **II) no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL**, no sentido de: **a) excluir** a sanção de **multa** aplicada aos Srs. José Eduardo Botelho e Ricardo Adriane de Oliveira - Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças, em virtude da irregularidade MB 03\_Prestação de Contas – ausência de adesão ao Sistema do Fiplan, por restar comprovada a existência de obstáculos para sua implementação; **b) determinar** à atual gestão da Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 22, § 2º, da Lei Complementar nº 269/2007, que apure a responsabilidade administrativa em decorrência do extravio do processo de Adesão Carona à Ata de Registro de Preços nº 010/2017, e encaminhe o resultado a este Tribunal **no prazo de 15** (quinze) **dias**, contados do encerramento do Processo Administrativo instaurado pela



Corregedoria da AL/MT; e, **c) retificar** a redação da determinação '**d.5**' para: "**d.5**) impulse o processo legislativo para tramitação do Projeto de Lei nº 789/2015, com o objetivo de criar cargo efetivo de Auditor de Controle Interno e sua respectiva carreira, nesta Sessão Legislativa, e realize concurso público no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias contados a partir do vigor da lei a ser aprovada"; **mantendo-se incólumes** os demais termos da decisão recorrida, conforme fundamentos constantes no voto do Relator.

Relatou a presente decisão o Conselheiro Interino LUIZ HENRIQUE LIMA (Portaria nº 122/2017).

Arguiu seu impedimento o Conselheiro GUILHERME ANTONIO MALUF, com fundamento nos artigos 6º e 144 da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso).

Participaram do julgamento o Conselheiro DOMINGOS NETO - Presidente, e os Conselheiros Interinos ISAIAS LOPES DA CUNHA (Portaria nº 124/2017), JOÃO BATISTA CAMARGO (Portaria nº 127/2017), JAQUELINE JACOBSEN MARQUES (Portaria nº 125/2017) e MOISES MACIEL (Portaria nº 126/2017).

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral ALISSON CARVALHO DE ALENCAR.

**Publique-se.**

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2019.

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

CONSELHEIRO DOMINGOS NETO  
Presidente

LUIZ HENRIQUE LIMA – Relator  
Conselheiro Interino



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL PLENO**

Telefones: (65) 3613-7602 / 7603 / 7604

e-mail: [secretaria@tce.mt.gov.br](mailto:secretaria@tce.mt.gov.br)

**ALISSON CARVALHO DE ALENCAR**  
Procurador-geral de Contas